

h8 152 9640 4468 1814 7644 1008

Biopirataria envolve laboratórios

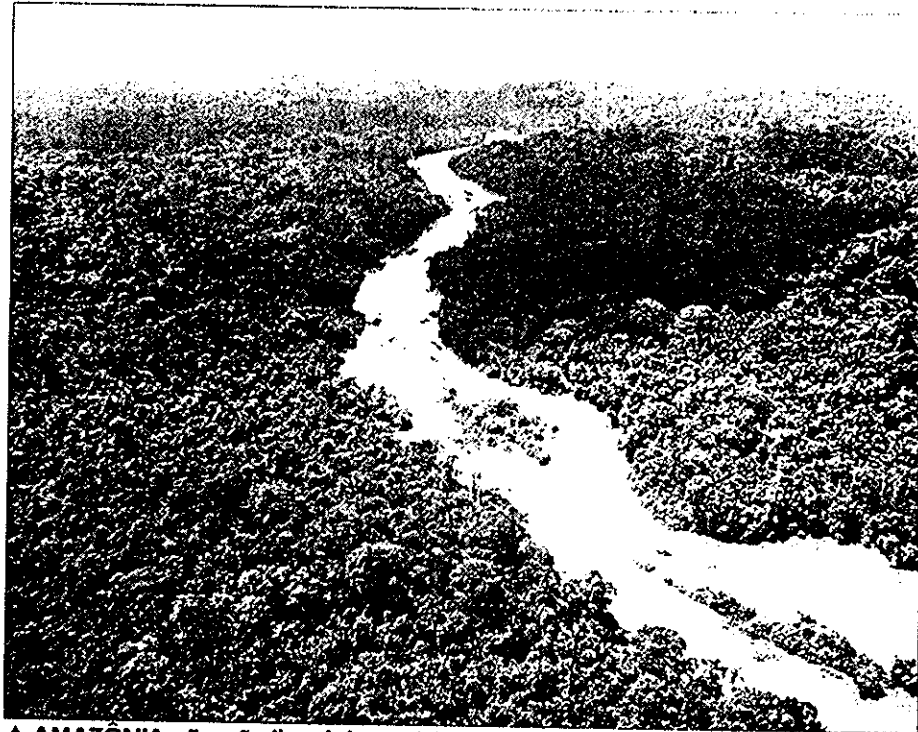
Cibba, Merck e Lilly, três gigantes da indústria farmacêutica, estão na listagem dos biopiratas

SÔNIA VÍNIAS ■ Para a editoria de Atualidades

Brasília (Sucursal) - Pelo menos três gigantes da indústria farmacêutica internacional - os laboratórios Cibba, Merck e Lilly - estão entre os 55 nomes constantes de uma listagem de bioprospectores e biopiratas obtida na Internet. A lista foi repassada ontem pelo professor Frederico Arruda, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade do Amazonas, à presidente da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados que investiga a biopirataria na região amazônica, deputada Socorro Gomes (PC do B-PA).

Arruda e o pesquisador Benjamin Gilbert, do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, prestaram depoimento à subcomissão e denunciaram a prática de biopirataria em todo o País e, particularmente na Amazônia. Os cientistas revelaram que a evasão ilegal de espécies animais e vegetais vem sendo praticada há mais de duas décadas no Brasil e que vem sendo feita não só por turistas, usados para a coleta de material, como também por membros da comunidade científica que ficam reféns de convênios elaborados intencionalmente para enviar para o exterior o material genético.

"Esse tipo de convênio é típico, uma porta aberta por onde será sangrada a nossa biodiversidade", disse Arruda. Benjamin Gilbert admitiu que o interesse das multinacionais da indústria farmacêutica por terras indígenas é imenso. "Existe uma grande confusão entre xamanismo e fitoterapia", alertou o pesquisador, que também denunciou pesquisadores estrangeiros que vêm para a Amazônia e levam uma grande quantidade de amostras.



▲ AMAZÔNIA - Evasão ilegal de espécies animais e vegetais começou há 20 anos

Procuradoria instaura inquérito público

Brasília (Sucursal) - Além da investigação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a Procuradoria da República no Estado do Amazonas instaurou inquérito público para apurar a prática de biopirataria.

O procurador regional dos Direitos do Cidadão, Sérgio Lauria Ferreira, levou em consideração o crescimento indiscriminado da coleta de material biológico de espécies da fauna e da flora silvestres da Amazônia e sua remessa para grandes laboratórios internacionais, localizados principalmente nos EUA, Austrália, Alemanha e Japão.

Lauria também considerou que as atividades de coleta e remessa necessitam de autoriza-

ção e fiscalização dos órgãos federais competentes, podendo configurar crime contra o Patrimônio da União, na modalidade de usurpação, produzir bens ou exportar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal.

As denúncias sobre a saída do País de espécies animais e vegetais, sem autorização, têm sido veiculadas sistematicamente na imprensa. Estima-se que o mercado internacional de remédios que têm plantas como base movimenta aproximadamente R\$ 30 bilhões a cada ano. Cerca de 20 mil extratos vegetais saem ilegalmente da Amazônia a cada ano, segundo dados constantes de um relatório da Secretaria de

Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República.

Preocupado com a gravidade das denúncias, o procurador enviou ofícios à Fundação Nacional do Índio (Funai), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) solicitando a listagem dos pesquisadores autorizados por esses órgãos a fazer coleta científica no País.

A coleta de material genético para fins científicos só pode ser feita com a autorização do CNPq e do Ibama. Se ocorrer em terras indígenas, deverá ser autorizada pela Funai.

VIDE-VERSO

Os parlamentares membros da comissão reclamaram da "invasão" estrangeira que se registra na Amazônia. "As ONGs entram em área indígena quando querem. Como os governos municipais podem agir se o governo federal demarca áreas indígenas e entrega para as ONGs?", reclamou o deputado Salomão Cruz (PSDB-RR).

Arruda concordou: "é tudo para os estrangeiros e nada para os brasileiros. Duvido muito que se possa chegar na Europa ou nos Estados Unidos e pôr material genético dentro da mala sem que ninguém pergunte o que vai fazer com isso", criticou.

O deputado Antônio Brasil (PMDB-PA), disse estar espantado com "a entrega total do País". Para ele, a comunidade científica deve subsidiar a comissão com sugestões capazes de minimizar esse problema. "Pode ser que

essa comissão termine em uma grande pizza. mas podemos tentar dar sugestões e de repente aparece um bem intencionado no governo que vai implementá-las. Podemos impedir que inocentes úteis da comunidade científica sejam usados nesse tipo de convênio. Vejo hoje, no País a histeria da entrega total. Essa é a filosofia do governo Fernando Henrique. Isso é subdesenvolvimento. Temos um presidente sociólogo, mas um sociólogo terceiromundista", disse Brasil. O deputado federal José Priante (PMDB-PA) advertiu que é necessário estabelecer um controle rigoroso e há dificuldades para isso. "Ou corremos ou seremos atropelados. Haveremos de ter profundas dificuldades nas relações internacionais, pois seremos atropelados pelo vizinhos amazônidas".

Brasil perde bilhões de dólares ao ano

Brasília (Sucursal) - Há uma década, o pesquisador Francisco Arruda, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade do Amazonas, investiga a biopirataria na região amazônica. O pesquisador afirma que a evasão ilegal de espécies animais e vegetais representa a perda de bilhões de dólares para o Brasil e é praticada há muito tempo em todo o País.

Segundo Arruda, dois critérios orientam a biopirataria na Amazônia - a seleção da área e a existência de populações tradicionais que fornecem informações e reduzem os custos da apropriação desse material genético.

O professor afirma que, via Internet, já conseguiu uma lista com os nomes de mais de 50 em-

presas e institutos de diversos países, todos envolvidos com a coleta e envio ilegal de espécies animais e vegetais da Amazônia.

A presidente da Sucomissão especial da Biopirataria, deputada federal Socorro Gomes (PC do B-PA), afirma que os parlamentares primeiro deverão ouvir todos os envolvidos com a questão: autoridades responsáveis e cientistas da região serão os primeiros. Numa segunda fase, a comissão deverá viajar para a Amazônia, "a fim de ouvir testemunhas e averiguar in loco a prática criminosa".

A deputada lembra que só no ano passado, mais de 500 quilos de sementes foram contrabandeadas. "Isso é contrabando de germoplasma. É um saque con-

sentido porque hoje não há nada que coíba. Precisamos rastrear isso", diz Socorro Gomes, que defende a implementação de uma política de controle e utilização do banco genético.

Lembrando que o mercado mundial de biotecnologia alcança 100 bilhões de dólares por ano e está em ascensão, a deputada acredita que uma das medidas mais urgentes é o controle dos pesquisadores que entram no Brasil. "Claro que não se deve impedir a vinda de cientistas, uma vez que esse conhecimento beneficiará à população do planeta inteiro. Mas não podemos ceder nossos recursos gratuitamente e depois ainda sermos obrigados a pagar royalties por um produto que é nosso", argumenta Socorro Gomes.